



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Edifício Parque Cidade Corporate, SCS Quadra 09, Lote C, Torre A, 8º andar -Brasília – DF
CEP 70.308-200 Telefone: (61) 2027-3981 / 20273245 E-mail: conade@mdh.gov.br

Ata da 109ª reunião Ordinária CONADE

1 Período matutino do dia decimo sétimo dia de abril foi dedicado à reunião das
2 Comissões Permanentes do Conade, cujos relatórios foram apresentados e aprovados
3 em Plenária. Presença dos (as) Conselheiros (as) da Sociedade Civil. Da Federação
4 Nacional das Apaes; o Titular Adinilson Marins dos Santos; o suplente Erivaldo
5 Fernandes Neto; da Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo; o
6 suplente Fernando César Thiago de Mello; da Central Única dos Trabalhadores; a titular
7 Anaídes Campos Sena; da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down;
8 a titular Glauciane Costa Santana; da Ordem dos Advogados do Brasil, o titular Joaquim
9 Santana Neto; do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase; a
10 titular Lucimar Batista da Costa; da Associação Brasileira da Rugby em Cadeiras de
11 Rodas; o titular Luiz Cláudio Alves Pereira; da Federação Nacional das Associações
12 Pestalozzi; o titular Marco Antônio de Castilho Carneiro; da Associação Brasileira de
13 Autismo; a titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro; do Conselho Federal e Engenharia e
14 Agronomia; o titular Osvaldo Luiz Valinote; da Associação de Pais e Amigos de Pessoas
15 com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e Comunidade; o titular Roberto
16 Paulo do Valé Tiné; Associação Brasileira de Ostromizados; o titular Rubens Gil Júnior; da
17 Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves; o titular Wilson
18 Roberto Gomiero; da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos; o
19 Suplente Décio Gomes Santiago. Presença dos (as) Conselheiros (as) do Governo. Do

20 Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará; o Titular Francisco
21 Jacinto Araújo da Silva; Do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência; o Titular
22 Antônio Muniz da Silva; do Ministério do Esporte, o titular Claudio Luiz Pinheiro da Silva;
23 do Ministério do Trabalho; a titular Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti; do Ministério da
24 Justiça e Segurança Pública; a titular Livia Maria de Andrade Pinheiro. Ausência
25 justificada: Da Federação de Educação e Integração de Surdos; o Suplente Filipe
26 Trigueiro Xavier Correia ;Da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos; a
27 titular Carmem Lucia Fogaça; Da Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes
28 Visuais; o titular José Antonio Ferreira Freire; 18/04/2017 - Manhã Presença dos (as)
29 Conselheiros (as) da Sociedade Civil. Da Federação Nacional das Apaes; o Titular
30 Adinilson Marins dos Santos; o suplente Erivaldo Fernandes Neto; da Confederação
31 Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo; o suplente Fernando César Thiago
32 de Mello; da Central Única dos Trabalhadores; a titular Anaíldes Campos Sena; da
33 Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; a titular Glauciane Costa
34 Santana; da Ordem dos Advogados do Brasil, o titular Joaquim Santana Neto; da
35 Organização Nacional de Cegos do Brasil; o titular Clóvis Alberto Pereira; do Movimento
36 de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase; a titular Lucimar Batista da
37 Costa; da Associação Brasileira da Rugby em Cadeiras de Rodas; o titular Luiz Cláudio
38 Alves Pereira; da Federação Nacional das Associações Pestalozzi; o titular Marco
39 Antônio de Castilho Carneiro; da Federação Nacional de Educação e Integração de
40 Surdos; o Suplente Filipe Trigueiro Xavier Correia; da Associação Brasileira de Autismo;
41 a titular Maria do Carmo Tourinho Ribeiro; do Conselho Federal e Engenharia e
42 Agronomia; o titular Osvaldo Luiz Valinote; da Associação de Pais e Amigos de Pessoas
43 com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e Comunidade; o titular Roberto
44 Paulo do Valé Tiné; Suplente Francisco Djalma de Oliveira; da Associação Nacional dos
45 Membros do Ministério Público de Defesa dos Idosos e Pessoas com Deficiência; a titular

46 Ariadne Clarissa Klein Sartori; da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de
47 Doenças Graves; o titular Wilson Roberto Gomiero; Associação Brasileira de
48 Ostromizados; o titular Rubens Gil Júnior; a suplente Ana Paula Batista Soledade; da
49 Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos; o Suplente Décio Gomes
50 Santiago. Presença dos (as) Conselheiros (as) do Governo. Do Conselho Estadual dos
51 Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará; o Titular Francisco Jacinto Araújo da Silva;
52 do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência; o Titular Antônio Muniz da Silva; do
53 Ministério da Cultura; a suplente Gabriela Caetano Boaventura Sampiere; do Ministério
54 do Desenvolvimento Social e Agrário; a titular Niusarete Margarida de Lima; o suplente
55 Wallacer Dias Freitas; do Ministério do Esporte, o titular Claudio Luiz Pinheiro da Silva; do
56 Ministério do Trabalho; a titular Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti; do Ministério da
57 Justiça e Segurança Pública; a titular Livia Maria de Andrade Pinheiro; do Ministério da
58 Previdência Social; a titular Avelina Alves Liam Neta; do Ministério das Relações
59 Exteriores; a suplente Laura Berdine Santos Delamonica; do Ministério dos Direitos
60 Humanos; o titular Moisés Bauer Luiz; da Ciência e Tecnologia, Inovações e
61 Comunicações; Suplente Gianine Portela Parizocto; do Transporte, Portos e Aviação
62 Civil; o titular Marciano Roberto Pereira de Sousa. Ausência justificada: Da Organização
63 Nacional de Entidades de Deficientes Físicos; a titular Carmem Lucia Fogaça; Da
64 <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/node/719> José Ângelo de Carvalho Couto
65 Neto; da Cidade; Suplente Carolina Moreira Barbosa de Brito. O presidente do Conselho
66 Nacional dos direitos da Pessoa com deficiência – Conade, Moises Bauer Luiz (MDH),
67 após as palavras de abertura da 109ª Reunião Ordinária, cumprimentou a todos e
68 solicitou ao conselheiro Marco Antonio Castilho (Fenapestalozzi) que procedesse a
69 chamada regimental. Em seguida, após conferi o quórum, o presidente Moises Bauer
70 Luiz.Solicitou o apoio do Conade para projetar a proposta de pauta e esclareceu que
71 após a reunião da presidência ampliada ocorreu algumas pequenas modificações na

72 pauta. O conselheiro Rubens Gil Júnior (Abraso) ponderou sobre a confirmação do
73 representante do Ministério da Saúde, pois havia informado as entidades do Brasil sobre
74 a audiência. Em seguida o Conselheiro Marco Antonio Castilho (Fenapestalozzi)
75 procedeu com a leitura da proposta da pauta da 109ª Reunião Ordinária e incluiu a reunião
76 da presidência ampliada, ocorrida no dia 17/04. O presidente do Conade, Moises Bauer
77 Luiz (MDH), questionou a plenária se havia alguma proposta para a pauta. A conselheira
78 Glauciane Costa Santana (FBASD) informou que por proposição da Federação Brasileira
79 das Associações de Síndrome de Down será realizado no dia 19 de abril, às 15, na
80 Câmara dos Deputados, um Seminário que irá tratar da reforma da Previdência, mais
81 especificamente sobre desvinculação do valor do salário mínimo ao benefício prestação
82 continuada o BPC. O presidente do Conade Moises Bauer Luiz (MDH), após a
83 apresentação da proposta, colocou a pauta em votação que foi aprovada por
84 unanimidade. Próximo item de pauta aprovação da ata 108ª Reunião Ordinária. O
85 presidente do Conade Moises Bauer Luiz (MDH) esclareceu que as atas da 106ª e 107ª
86 Reunião Ordinária, embora conste na proposta de pauta, não seria possível aprová-las,
87 pois a 106ª por problemas técnicos ainda não havia sido feita pela empresa contratada e
88 a 107ª carecia de uma revisão ortográfica, ficando ambas a serem aprovadas na reunião
89 de junho. Logo questionou o plenário se haveria necessidade da leitura da ata da 109ª
90 Reunião Ordinária. O conselheiro Rubens Gil Júnior (Abraso) comentou que a ata em
91 questão havia ficado extensa e lembrou que a ata anterior estava mais sintetizada. A
92 conselheira Glauciane Costa Santana (FBASD) ressaltou que em reuniões anteriores a
93 reunião se estendia, pois havia um dia inteiro específico para as comissões. O
94 conselheiro Clovis Alberto Pereira (ONCB) ponderou que em virtude das discussões
95 relevantes ocorridas no pleno talvez foi necessário um detalhamento na ata. O
96 Conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB): após concordar com a palavra conselheiro
97 Clovis Alberto Pereira , ressaltou que uma ata bem suscita, involuntariamente, pode

98 omitir uma informação relevante. Opinião referendada pelo o Conselheiro Marco Antonio
99 Castilho Carneiro (Fenapestalozzi) que oportunamente também parabenizou a equipe
100 do Conade. O conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné (APABB) informou que a ata do
101 conselho sempre foi redigida e expelida aquilo que se fala na plenária e pelo fato de ser
102 um órgão público, nela deve constar exatamente aquilo que foi deliberado. O
103 Conselheiro Luiz Cláudio Pereira (ABRC) solicitou justificar sua ausência na ata da
104 108ª Reunião Ordinária uma vez que estava participando de reunião conselho
105 deliberativo do comitê paraolímpico no dia 15 ou 16 (ver data correta)O Conselheiro
106 Osvaldo Luiz Valinote (CONFEA) requereu uma correção na ata no item da votação do
107 presidente e vice-presidente do CONADE, retirando seu nome como candidato.Wilson
108 Roberto Gomiero (AFAG) também solicitou correção no item da votação do presidente e
109 vice-presidente do CONADE requereu constar na Ata seu voto para presidente, no
110 conselheiro Moises Bauer Luiz (MDH) e para vice no conselheiro Rubens Gil Júnior. A
111 Conselheira Laura Berdine Santos Delamonica (MRE) solicitou que se registrasse a
112 ausência justificada do Ministério das Relações Exteriores pois havia na
113 ocasião concomitante reunião do CNDI. O presidente do Conade Moises Bauer Luiz
114 (MDH) colocou em regime de votação a ata da 108ª Reunião Ordinária que foi aprovada
115 por unanimidade com as respectivas correções ou retificações. Em seguida foi passada a
116 palavra ao conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB) para que procedesse a leitura da
117 minuta do parecer sobre a reforma da previdência. *O Conselho Nacional do direito da*
118 *pessoa com deficiência CONADE concede fórum do Distrito Federal órgão superior de*
119 *deliberação colegiada composto paritariamente por representantes do governo e da*
120 *sociedade civil de natureza permanente responsável por zelar e fiscalizar o cumprimento*
121 *de normas e políticas públicas, que garantam os direitos da pessoa com deficiência,*
122 *considerando discussão e decisão de seu colegiado em reunião nº 108 de 16 de fevereiro*
123 *de 2017, vem se manifestar em relação à proposta de emenda constitucional número*

124 287, nos seguintes termos, considerando que há um déficit relevante de políticas públicas
125 às pessoas com deficiência no Brasil, neste aspecto, a proposta põem em risco o
126 exercício dessas garantias fundamentais sobre tudo para a superação da marginalidade
127 em que se encontra suas pessoa com deficiência, o estado não pode agir de tal maneira
128 aumentar a desigualdade social, considerando que o controle de constitucionalidade
129 exercido pelo Supremo Tribunal Federal ter reconhecido como princípio implícito ao
130 ordenamento constitucional pátrio a vedação ao retrocesso social, princípio da
131 irreversibilidade, ao princípio tem balizado o texto constitucional como por exemplo
132 vedação ao pagamento do salário menor que o mínimo conquistado o CONADE
133 apresenta sua posição quanto a PEC 287, também chamada reforma da Previdência, de
134 início cumpre esclarecer que a PEC 287, altera de forma considerável o sistema de
135 Seguridade Social, como todo haja vista as alterações promovida no artigo 203 da
136 Constituição Federal, que trata da Assistência Social, alteração proposta desvincula o
137 benefício assistencial do valor do salário mínimo, isso significa a drástica diminuição da
138 renda de mais de 4 milhões de beneficiário do benefício de prestação continuada BPC,
139 sendo mais de 2 milhões e 400 mil pessoas com deficiência, o CONADE a ponta
140 desvinculação do benefício da renda mínima, como uma verdadeira Elisão de direitos
141 com a conseqüente com perda da autonomia das pessoas com deficiência. Outro ponto
142 a ser criticado é a mudança na forma de concessão de pensões por morte que atinge as
143 pessoas que atinge a família de pessoas com deficiência, destacando aquelas que têm
144 mais comprometimentos em suas funcionalidades que no caso da morte dos pais ou
145 responsáveis, segunda proposta não teriam a pensão integral o que necessariamente
146 acarretaria em perda de qualidade de vida, segundo o relatório do programa das Nações
147 Unidas para o desenvolvimento PNUD, de 2014, a implementação de políticas públicas,
148 como rede de proteção social, é instrumento de empoderamento de uma população, para
149 que não se sujeite a condições degradantes de trabalho e de vida, a diminuição da renda

150 do BPC, pode comprometer independência social da sociedade que se beneficia da
151 política de assistência obrigando-os a submeter-se a condições de trabalho de um mercado
152 que não está apto a recebê-los, quando não a sujeição a outros meios
153 degradantes de aferição de renda, insta salientar recentemente o governo federal,
154 sancionou a lei brasileira de inclusão, grande avanço para as pessoas com
155 deficiência, este diploma garantiu a instituição de um benefício para as pessoas com
156 deficiência que consigo acesso ao mercado de trabalho, Esta política aos olhos deste
157 conselho pode sim se tornar verdadeira a política pública com vistas a diminuir o
158 dispêndio com o benefício assistencial com a garantia de inclusão social, importa dizer
159 que o Artigo 195 da constituição prevê que a Seguridade Social será financiada por toda
160 sociedade de forma direta e indireta ou seja a Constituição Federal de 88, também
161 conhecida como constituição cidadã, tem por princípio base a dignidade da pessoa
162 humana garantida por um sistema de Seguridade e não está calcado sob uma
163 perspectiva arrecadatória, haja vista por determinação de que eventuais deficiências
164 seja cobertas com alocação de recursos, forma indireta pela união,
165 conclusões, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE, na
166 sua função de órgão de Controle social representativo das pessoas com deficiência vem
167 manifestar-se contrário a proposta de emenda constitucional PEC 287/ 2016 sobre a
168 reforma da Previdência, inicialmente por entender que significa retirar a dignidade de
169 milhões de brasileiros e condição de dupla vulnerabilidade social, a redução do benefício
170 de prestação continuada para valores inferiores ao salário mínimo é inconstitucional, sua
171 concretização implicaria retrocesso social é dado por nossa Suprema corte, ademais,
172 princípios basilares de nossa Constituição Federal também seriam infringidos, como dar
173 necessidade de corrigir as distorções sociais ou do princípio da dignidade da pessoa
174 humana e do mínimo existencial, a dignidade da pessoa humana longe de ser conceito
175 etéreo deve ser pensada de forma de políticas públicas efeito prático e deve assim,

176 *permeiar todo o conceito de leis e normatização que caibam administração*
177 *pública. Sendo assim por todos os motivos já expostos este conselho entende que a*
178 *PEC 287 não está em consonância com a cláusula pétrea da Constituição da República*
179 *Federativa do Brasil, devendo ser declarada reconhecidamente ofensiva ao Direito da*
180 *Pessoa com Deficiência quando é considerada com deficiência, Brasília 18 de abril de*
181 *2017 Comissões de Atos Normativos – CAN. Logo o término da leitura da minuta do*
182 *parecer o presidente do Conade Moises Bauer Luiz (MDH) abriu as inscrições para as*
183 *manifestações. O Conselheiro Antonio Muniz da Silva (Repres Cons. Municipais) após*
184 *parabenizar a leitura da minuta do Parecer questionou se no documento lido havia algo*
185 *sobre situação de marginalidade. Posteriormente, a leitura do parágrafo, o conselheiro*
186 *Antonio Muniz da Silva (Repres Cons. Municipais), ponderou que a palavras*
187 *marginalidade poderia trazer uma dupla interpretação a dupla percepção e sugeriu a*
188 *alteração da palavra para superação da situação de vulnerabilidade e invisibilidade em*
189 *que se encontram ou encontra se as pessoas com deficiência. O presidente Moises*
190 *Bauer Luiz (MDH), propôs substituir a palavra marginalidade por exclusão, no entanto,*
191 *após algumas considerações, ficou aprovada a substituição da palavra marginalidade*
192 *pela frase, situação de exclusão. A Conselheira Anaildes Campos Sena (CUT) citou a*
193 *importância de constar na minuta do parecer a Lei Complementar 142. O Conselheiro*
194 *Clovis Alberto Pereira (ONCB) após cumprimentar o trabalho da CAN corroborou as*
195 *palavras da Conselheira Anaildes Campos e solicitou uma atenção a questão da*
196 *aposentadoria especial. A conselheira Maria do Carmo Tourinho (Abra) propôs alteração*
197 *na minuta do parecer onde se trata da pensão integral alterando a frase para pensão*
198 *integral do pai e da mãe cumulativamente. A Conselheira Glauciane Costa Santana*
199 *(FBASD) ponderou sobre o título do documento se seria uma nota ou manifesto e*
200 *chamou a atenção sobre a urgência da aprovação do documento e propôs celeridade na*
201 *discussão para que pudesse já entregar o documento final aos parlamentares. O*

202 Conselheiro Francisco Jacinto Araujo da Silva (Repres. conselhos Est.) questionou
203 quem assinaria o documento final e logo foi informado pelo presidente que o Conade
204 subscreveria. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné (APABB) propôs acrescentar
205 na minuta do parecer onde se lê “retira a dignidade de milhões de brasileiro” acrescentar
206 milhões de brasileiros com deficiência em condição de dupla vulnerabilidade. A
207 Conselheira Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcante (MT) propôs que no primeiro
208 considerando fosse substitutivo a frase “*déficit relevante de políticas públicas*” pela frase
209 “*déficit de implementação de políticas públicas*. O presidente Moises Bauer Luiz (MDH),
210 após ouvir as alegações e sugestões de encaminhamento do plenário colocou em
211 votação a minuta do parecer ajustado com a previsão de um parágrafo referente
212 a aposentadoria especial da pessoa com deficiência, Lei 142 lei complementar. A
213 Conselheira Avelina Alves Lima Neto (MPS) Votou contrário ao texto e solicitou o registro
214 em ata o seu voto. O presidente do Conade, Moises Bauer Luiz (MDH), A Conselheira
215 Suplente Lívia Maria de Andrade Pinheiro (MJSP), Fernando César Thiago de Mello
216 (CNC), Laura Berdine Santos Delamonica (MRE) Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti
217 (MT), Gabriela Caetano (Minc) Gianini Parizotto (MCTI) e Niusarete Margarida de Lima
218 (MDSA) se abstiveram. No ato da contagem dos votos, a Conselheira Gabriela Caetano
219 (Minc) votou favorável ao texto. Ao final o texto do parecer teve 18 favoráveis, 01
220 contrario e 08 abstenções, sendo assim aprovado. O conselheiro Luiz
221 Cláudio Pereira (ABRC) ponderou que o Conade é um órgão paritário por isso não
222 defende posição de sociedade civil nem posição de governo e sim os interesses da
223 pessoa com deficiência. O presidente Moises Bauer Luiz (MDH), esclareceu que
224 independentemente da posição de cada um dos conselheiros no ato da votação do
225 Parecer, a democracia venceu. Em seguida, iniciou o processo de escolha do título da
226 Parecer elaborado pela CAN e após várias intervenções ficou definido duas propostas
227 para o título: 01- Manifesto do Conade sobre a reforma da Previdência. 02 - Manifesto do

228 Conade Contra a supressão de direitos e após a votação do pleno foi aprovada a
229 proposta de número 01. O presidente Moises Bauer Luiz (MDH) anunciou que o próximo
230 ponto de pauta seria a discussão sobre o PL 23/2016 que trata da surdez unilateral e
231 que foi inserido na pauta a apreciação do manifesto sobre a reforma trabalhista
232 elaborado pela Conselheira Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti (MT). Dando
233 sequência o presidente do Conade, repassou a condução da reunião ao Vice Presidente
234 do Conade, Marco Antonio Castilho (Fenapestalozzi) que logo passou a palavra ao
235 Conselheiro Filipe Trigueiro Xavier (Feneis) que apresentasse o documento a ser
236 apreciado. Em seu relato o Conselheiro Filipe Trigueiro Xavier (Feneis) informou que
237 participou de uma audiência com o Senador Paulo Paim e ficou acordado com a
238 Associação dos Surdos Unilaterais que a Feneis não seria contra o texto atual. O
239 Conselheiro Clóvis Alberto Pereira (ONCB) a título de esclarecimento solicitou a leitura de
240 todo o texto e questionou se passaria por votação do pleno, por sua vez a conselheira
241 Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcante (MT) propôs a leitura apenas do artigo da Lei que
242 foi modificado. Vice Presidente do Conade, Marco Antonio Castilho (Fenapestalozzi)
243 esclareceu que ao plenária a demanda da Feneis carece de deliberação após apreciação
244 do pleno, por esta razão o tema estava inserido na pauta. O Conselheiro Roberto Paulo
245 do Vale Tiné (APABB) ressaltou que independente do posicionamento do Conade o texto
246 deve constar na integra na ata uma vez que o mesmo vai para votação, por isso, deve
247 ser lido todo o seu conteúdo. O conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB) esclareceu que
248 o processo veio para a Comissão de Atos Normativos (CAN) por intermédio
249 da Comissão de Políticas Públicas (CPP) que por sua vez recebeu da Secretaria
250 Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos da CUT em que solicitou parecer
251 sobre o PLC 23/2016 que horas tramita na Câmara deputados. Em seguida, o
252 Conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB) citou alguns artigos da LBI que convalidaram
253 o parecer da CAN. O presidente Moises Bauer Luiz (MDH), retomou a condução da

254 reunião e, de imediato, passou a palavra ao conselheiro Rubens Gil Junior (Abraso). A
255 Conselheira Glauciane Costa Santana, (FBASD) alertou o plenário que recebeu a notícia
256 que o relatório da reforma da Previdência, vai ser lida no dia seguinte. O conselheiro
257 Filipe Trigueiro (Feneis) procedeu com a leitura do posicionamento da Feneis em relação
258 ao PLC/23 de 2016. *Considerando a discussão da sociedade em audiência pública em*
259 *debates acerca do tema da perda auditiva unilateral e do PLC 23/2016 a sociedade com*
260 *surdez unilateral e a Feneis, Federação Nacional de Educação e integração dos surdos*
261 *representando nacionalmente a sociedade surda no Brasil e em consenso sobre o tema,*
262 *resolve a propor a seguinte orientação para alteração no texto do PLC 23/2016. Sugere-*
263 *se a seguinte alteração para adequação do PLC 23/2016 artigo primeiro, fica*
264 *estabelecido que deficiência auditiva é limitação de longo prazo da audição unilateral total*
265 *ou bilateral parcial ou total. A qual em interação com uma ou mais barreiras impostas*
266 *pelo meio, obstruir a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade. Em igualdade*
267 *de condições com as demais pessoas. É de grande importância constar na justificativa da*
268 *proposta de alteração a perda auditiva unilateral total, compreende aquelas pessoas que*
269 *possuem perda auditiva em apenas um dos ouvidos e neste não possa decodificar, fala*
270 *verbal ou seja não consigo ouvir entender a fala verbal pelo ouvido com a perda*
271 *auditiva. Cabe esclarecer que o primeiro parágrafo do Artigo primeiro do PLC, é uma*
272 *adequação do Decreto 30298/99 que tem como objetivo de substituir a lei brasileira de*
273 *inclusão LBI que não tem como objetivo de substituir a lei brasileira de inclusão LBI,*
274 *apenas adequando o quê no decreto consta, ou seja, não vai inovar no ordenamento*
275 *jurídico brasileiro usando isso como referência. Uma vez que é LBI prevalece por seu*
276 *estatuto completo e trata de normas gerais para todos os deficientes. É importante*
277 *ressaltar que há zumbidos, tonteira ou perda de equilíbrio decorrentes da perda auditiva*
278 *unilateral, esses casos devem ser analisados cautelosamente uma vez que pode*
279 *acarretar dificuldade de concentração e de aprendizagem que podem ser consideradas*

280 *barreiras e impede a sua plena participação na sociedade em igualdade de condições*
281 *com outras pessoas. Falha de interpretação de atual texto do PLC número 23 de 2016,*
282 *projeto de lei da Câmara, número 23 de 2016 artigo 1, fica estabelecido que deficiência*
283 *auditiva é a limitação de longo prazo da audição unilateral ou bilateral parcial total, a qual*
284 *interação com um ou mais barreiras impostas pelo meio obstrui à participação plena na*
285 *efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. O*
286 *termo o termo parcial inserido na definição unilateral, pode levar outro entendimento*
287 *equivocado, considerar uma pessoa com perda de 41 decibéis em um ouvido e sem*
288 *perda no outro. Ou seja, neste caso, uma pessoa pode escutar e se comunicar*
289 *perfeitamente não possuindo impedimento de longo prazo de natureza sensorial. O que*
290 *não obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições*
291 *com as demais pessoas. Possíveis consequências com a falha de interpretação.*
292 *Aumento de exclusão de outras pessoas com deficiência inclusive as com perda auditiva*
293 *unilateral total, inclusão de pessoas com perda unilateral leve, passíveis de correção por*
294 *aparelhos auditivos. As medidas e ações afirmativas, devem ser conferidas as pessoas*
295 *realmente necessitadas sob pena de se gerar uma maior exclusão social. Sem vigência*
296 *de Nova avaliação implantada pela LBI, o reconhecimento amplo em restrito às pessoas*
297 *que possuem perda auditiva unilateral parcial dos mesmos direitos assegurados as*
298 *pessoas com deficiências com a consequente extensão de ações afirmativas no campo*
299 *de trabalho emprego. Sobe tirar efeito contrário, excluir ainda mais aqueles trabalhadores*
300 *com deficiência, sem a devida alteração, esse projeto de lei torna-se inviável uma vez*
301 *que supre-se possíveis interpretações divergentes da proposta inicial e do que a*
302 *sociedade almeja que é a justiça social diante das desigualdades. Dificuldade da*
303 *deficiência auditiva unilateral: outros problemas e dificuldades das pessoas com*
304 *deficiência auditiva unilateral já estão descritos na classificação internacional da*
305 *funcionalidade incapacidade e saúde CIF 2004 e verificados em muitos estudos*

306 *científicos. Vejamos o que a CIF dispõe: - Detecção de sons: Associadas com a*
307 *percepção da presença de sons - Discriminação de som: Associados com a percepção*
308 *da presença de sons, e que envolve a diferenciação do som base e a síntese bi-auricular*
309 *a separação e a combinação. Localização da fonte sonora, relacionados com a*
310 *determinação da localização da fonte sonora, lateralização do som, permitem detectar se*
311 *o som vem do lado direito ou do esquerdo, discriminação da fala permitem detectar*
312 *linguagem oral e a sua diferenciação de outros sons. Estudos científicos comprovam as*
313 *dificuldades e barreiras inerentes a perda auditiva unilateral tais como: limitações da*
314 *comunicação, maior propensão de apresentar patologias psicossomáticas, dificuldade no*
315 *desenvolvimento acadêmico, atraso na evolução da fala e da linguagem, menor*
316 *funcionalidade nas habilidades auditivas, dificuldade de localização, fechamento,*
317 *resolução e ordenação atemporal, desculpa, resolução e ordenação temporal, dificuldade*
318 *reconhecimento de fala na presença de ruídos ambiental, dificuldade de comunicação em*
319 *grupo, dificuldade de localização espacial das fontes sonoras, constrangimento e*
320 *dificuldade nas interações sociais, maior propensão de apresentar doenças psicológicas,*
321 *menor índice de escolaridade em comparação a população não deficiente, renda mais*
322 *baixos comparada a população não deficiente. - Dificuldade no trabalho versus*
323 *discriminação: Uma das uma das maiores dificuldades das pessoas com perda de*
324 *audição unilateral total, é ser inserido no mercado de trabalho por dois motivos, o*
325 *primeiro motivo é que empresas têm receio de admitir essas pessoas por medo de sofrer*
326 *processos judiciais no caso de piora de audição deles ou por ter uma baixa, por ter uma*
327 *possível baixa de produtividade, dessa forma ficam reprovados em exames admissionais*
328 *ou dispensados, mesmo sendo aptos ao trabalho de um determinado cargo ou função, o*
329 *outro motivo é que em algumas atividades laborais são exigidas do empregado maior*
330 *atenção, cuidados, e acuidade auditiva, a deficiência auditiva unilateral reduz a*
331 *capacidade auditiva da pessoa, o que se torna uma barreira para o desempenho dessas*

332 *atividades profissionais, nas profissões “proibidas” as pessoas com perda auditiva*
333 *unilateral não é possível que sejam exercidas sem expor a riscos a integridade física e à*
334 *vida do empregado com a perda auditiva ou de outras pessoas, além de outras formas de*
335 *discriminação sofrida pela condição: pessoa com deficiência auditiva unilateral total. Cabe*
336 *frisar que a discriminação no mercado de trabalho sofrido por esse grupo é combatida*
337 *pela convenção 111 da organização internacional do trabalho OIT, que considera*
338 *discriminação: toda distinção exclusão ou preferência que tenha por finalidade alterar a*
339 *igualdade de oportunidade ou tratamento em matéria de emprego ou profissão. Outras*
340 *observações: As pessoas com perda auditiva unilateral Total estão sofrendo com o limbo*
341 *jurídico e trabalhista, pois na iniciativa privada são considerados como pessoas com*
342 *deficiência e não podem preencher alguns cargos ou funções, mas como pela legislação,*
343 *não são consideradas pessoas com deficiências, não podem preencher alguma das*
344 *vagas das cotas. Na esfera pública não podem concorrer na Ampla concorrência para*
345 *cargos como policiais, escrivães, bombeiros, agente penitenciários, entre outros, pela*
346 *falta de uma de uma da audição e também não podem concorrer como deficiente, Porque*
347 *a legislação não os ampara portanto, para serem excluídos são pessoas com deficiência,*
348 *mas para inclui-los não é permitido, pois a legislação não os ampara, devemos*
349 *considerar ainda que as políticas públicas devem amparar todas as pessoas com*
350 *deficiências sem distinção seja ela com deficiência leve, moderada ou grave. Porém*
351 *deve-se dosar e adequar cada política pública as necessidades e dificuldades de cada*
352 *grupo, deve-se tratar os iguais de maneira igual e os desiguais de maneira desigual na*
353 *medida de suas, das suas desigualdades, é importante ressaltar que nenhuma medida*
354 *deve prejudicar outros deficientes que já conquistaram seus direitos de modo a evitar o*
355 *retrocesso. O Conselheiro Filipe Trigueiro (Feneis) sugeriu ao Conade orientar o relator*
356 *do PLC 23/2016 no Senado Federal a alterar o artigo primeiro do PLC 23/2016 com a*
357 *seguinte adequação: Artigo primeiro - fica estabelecido que deficiência auditiva é*

358 limitação de longo prazo da audição unilateral Total ou bilateral parcial ou total, a qual a
359 interação com uma das mais Barreiras impostas pelo meio, obstruir a participação plena
360 e efetiva da pessoa na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas,
361 constar na justificativa do projeto de lei a perda auditiva unilateral total compreende
362 as Pessoas que possuem perda auditiva em apenas um dos ouvidos e nesse não possa
363 decodificar a fala verbal ou seja não consigo ouvir e entender a fala verbal pelo ouvido
364 com a perda auditiva, o presente projeto de lei não se deve substituir ou alterar a Lei
365 Brasileira de Inclusão - LBI. O Conselheiro Antônio Muniz, (repres. cons. Munic.)
366 ponderou que não foi citado no documento da Feneis o Decreto 5296 e sugeriu que
367 na comissão de avaliação da deficiência a questão definição da deficiência seja
368 incorporada ao documento final, sobretudo, na questão biopsicossocial da deficiência. O
369 presidente Moises Bauer Luiz (MDH), questionou ao representante da sociedade surdo
370 lateral se poderia fazer uma breve explanação ou exposição de motivos sobre a surdez
371 unilateral. O Senhor Luciano Fernandes (Representante dos Surdos Unilaterais no
372 Distrito Federal) em primeiro momento questionou se todos os conselheiros tiveram
373 acesso ao manifesto que especifica todas as questões biopsicossociais e análise de
374 estudos nacionais e internacionais que comprovam a deficiência do surdo unilateral.
375 Logo, informou que no manifesto não consta somente a avaliação médica, mas de forma
376 muito clara as questões biopsicossociais e que essas deveriam ser o foco na avaliação
377 da pessoa com deficiência. Explicou ainda a dificuldade de muitos profissionais de
378 avaliar o surdo unilateral por não terem acesso a novos estudos, por fim, o Sr Luciano,
379 enfatizou que o PLC 23/2016 não tem como objetivo substituir e nem passar sobre a LBI.
380 O Conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB) enalteceu o parecer da Feneis e citou o que
381 o mesmo pudesse subsidiar à Comissão de Avaliação da Deficiência. Conselheira
382 Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti (MT) complementou informando que no parágrafo
383 segundo do artigo segundo diz que o poder público criará um modelo de avaliação, e o

384 poder público criou o comitê de avaliação unificada da Deficiência e que esse comitê já
385 está em pleno vapor trabalhando para poder criar esse modelo de avaliação unificada da
386 deficiência. O presidente Moisés Bauer Luiz (MDH), lembrou a plenária que o comitê já
387 está há 06 meses se reunindo, dando continuidade ao trabalho desenvolvido pela UnB
388 quando desenvolveu o IFBr, Instrumento de Funcionalidade Brasil, que avalia a
389 deficiência para fins de aposentadoria, inclusive a concessão do BPC. Ressaltou que a
390 maioria dos médicos enquadrar ou não a pessoa com deficiência aplicando o que é
391 descrito no Decreto 5296. Enfatizou que na Convenção no seu artigo primeiro deixa claro
392 quem são as pessoas com deficiência, no entanto, não descreve detalhamento a
393 definição da deficiência conforme o Decreto 5296. Prosseguindo o Presidente Moises
394 Bauer, ponderou que a convenção chama para o exercício maior, olhar para a pessoa,
395 olhar para o ambiente e avaliar as barreiras e o impedimento que essas barreiras trazem
396 para essas pessoas quanto a participação plena na sociedade. Somando a essa
397 questão, referiu-se a LBI, especificamente, no seu artigo segundo e comentou sobre a
398 criação de instrumento único de avaliação que contemple os aspectos bio que é o
399 médico, psico que tem aspectos emocionais, e o social o ambiente que está em
400 desenvolvimento é já existe um protótipo. Acrescentou que para um relativo sucesso na
401 Previdência e no INSS para fim de aposentadoria e para o BPC é
402 imprescindível aperfeiçoar e adequar o instrumento para todas as situações. Elogiou a
403 Feneis assim como a sociedade surda pelo exercício louvável, mas pontou que não dá
404 para aprovar esse projeto de lei nesse momento histórico que estamos vivendo de
405 construção de um modelo único de um paradigma novo de avaliação da deficiência. A
406 Conselheira Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti (MT) citou que houve uma evolução
407 com advento do modelo único, embora com a defasagem das pessoas com deficiência
408 unilateral, mas que é politicamente ruim o Conade colocar novamente deficiência por
409 Decreto ou Lei. Esclareceu que fazer uma avaliação da deficiência de forma diferente é

410 de suma importância. O Conselheiro Roberto Paulo do Valé Tiné (Apabb) disse que a
411 proposta da Feneis de incluir um texto no PLC, mesmo que de forma provisória até o
412 comitê de avaliação definir a questão geraria um problema, porque as decisões do comitê
413 não podem ser superiores a lei. Sendo assim, geraria um conflito normativo. O
414 Conselheiro Fernando César Thiago de Mello (CNC) informou ao plenário que
415 oportunamente, fez uma análise de um projeto de lei que tratava da inclusão da pessoa
416 com perda auditiva unilateral, porém o PL feriria o que já se encontra na LBI. O
417 Conselheiro Filipe Trigueiro (Feneis) ressaltou que o PLC não está em conflito com a LBI
418 e leu novamente a modificação proposta pela Feneis para a PLC. Em seguida o Sr.
419 Luciano Fernandes (Representante dos Surdos Unilaterais no Distrito Federal esclareceu
420 que o PLC não passaria por cima da LBI e que em 2004 o Conade sugeriu a exclusão
421 dos surdos unilaterais e que agora também o Conade poderia buscar uma forma de
422 colocar isso em Lei em que deficiências leves, moderadas e graves não sejam tratadas
423 de forma igual afinal, as dificuldades são diferentes. O presidente Moisés Bauer Luiz
424 (MDH), em resposta as ponderações do Sr Luciano Fernandes, disse que é preciso
425 seguir o caminho da Convenção, da LBI e do instrumento único de avaliação, avaliação
426 multiprofissional, multidisciplinar que consiga avaliar os aspectos biopsicossociais, não
427 simplesmente o texto de virar lei. O Conselheiro Wilson Gomiero (AFAG) abordou que
428 não se está deixando de reconhecer nenhuma deficiência, pois uma vez especificando,
429 será inviável abarcar todas no Conade. O conselheiro Filipe Trigueiro (FENEIS)
430 esclareceu, que segundo o senador Paulo Paim, o PLC não será arquivado e vai ser
431 aprovado e que o único problema é a questão de interpretação. O presidente Moisés
432 Bauer Luiz (MDH), após a leitura na íntegra e da apreciação do Parecer da Feneis
433 colocou-se em votação, após a contagem dos votos, o parecer foi reprovado pelo
434 plenário. Em seguida, foi posto em votação o encaminhamento para o senador Paulo
435 Paim do Parecer elaborado pelo Conselheiro Adinilson Marins da forma que foi

436 apresentado ao plenário. Aprovado. Dando continuidade aos pontos da pauta, a
437 Conselheira Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti (MT) leu o que consta no artigo
438 quinto do PL 6787 que trata da reforma trabalhista e em seguida leu a minuta da
439 moção de repúdio a reforma trabalhista. *Considerando a declaração universal dos*
440 *direitos humanos, o pacto internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais, o*
441 *pacto internacional dos direitos civis e políticos, as convenções internacionais das*
442 *organizações internacionais do trabalho, a constituição da república, a legislação*
443 *trabalhista brasileira, sobretudo a convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência*
444 *que se fundamenta nos princípios da igualdade e da não discriminação, posiciona*
445 *contrário ao substitutivo ao PL 6787 2016, pois, o trabalhador com deficiência tem o*
446 *direito constitucional ao pleno emprego e em igualdade com os demais trabalhadores na*
447 *forma do artigo 27 da convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência da ONU*
448 *CPDP. Norma de caráter constitucional, na forma como está redigido o substitutivo ao PL*
449 *6787/2016 torna inócua a reserva legal de vagas previstas no artigo 93 da lei 8213/1991.*
450 *Dois: a exclusão das funções que forem compatíveis com os beneficiários reabilitados ou*
451 *pessoa com deficiência da base de cálculo do percentual previsto no artigo 93,*
452 *condicionando-os ao que for definido em convenção ou acordo coletivo de trabalho é no*
453 *mínimo inconstitucional, uma vez que a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de*
454 *sua livre escolha aceitação no mercado laboral em ambiente de trabalho que seja aberto*
455 *inclusive acessível na forma do artigo 27 da CDPD. Três: dizer a priori que determinadas*
456 *atividades não são compatíveis com a deficiência é uma atitude discriminatória e*
457 *inconstitucional, pois tanto a Constituição Federal quanto a CDPD que tem status de*
458 *emenda constitucional afirmam que é proibida a discriminação baseada na deficiência*
459 *com respeito a todas as questões relacionadas com as formas de emprego, inclusive*
460 *condições de recrutamento contratação e admissão permanência no emprego e*
461 *ascensão profissional. Quatro: os sindicatos dos empregados tem sua representatividade*

462 *restrita aos trabalhadores com deficiência e reabilitados que já estão inseridos no*
463 *mercado trabalho. Não representam com tudo aquelas pessoas que ainda estão*
464 *excluídas do exercício do direito ao trabalho, aliás, essa é a razão de ser dessa ação*
465 *afirmativa permitiu o acesso ao trabalho daquelas pessoas que em razão de seus*
466 *impedimentos estigmas e ausência da sensibilidade tem imensa dificuldade de obter e se*
467 *manter no emprego, portanto falta aos sindicatos legitimidade para decidir sobre o*
468 *conjunto das pessoas com deficiência. Cinco: segundo dados do ministério do trabalho*
469 *mais de 92% das pessoas com deficiência ou beneficiário reabilitado que estão no*
470 *mercado trabalho estão em empresas que têm obrigação legal de reservar vagas para*
471 *esse seguimento da população. Seis: além de agravar situação de empregabilidade das*
472 *pessoas com deficiência o presente projeto vai impedir a migração entre a passividade e*
473 *atividade, receber e produzir da pessoa com deficiência traz uma barreira quase*
474 *intransponível para que as pessoas com deficiência transitem entre ser uma pessoa de*
475 *direitos meramente assistenciais, percepção do benefício prestação continuada BPC,*
476 *para uma pessoa produtiva e participativa da construção da riqueza do país, fomentando*
477 *o ingresso ainda maior de pessoas com deficiência nas fileiras dos protegidos pelo BPC,*
478 *aumentando o custo social do estado. Sete: o presente substituto PL 6787 2016 vai*
479 *impedir o acesso ao trabalho das pessoas com deficiência, vai significar um retrocesso*
480 *social, vai aumentar a desigualdade social entre as pessoas com deficiência e sem*
481 *deficiência, por tanto incompatível com o mandamento constitucional. Após a leitura da*
482 *minuta da moção e de alguns esclarecimentos o presidente do Conade, Moises Bauer*
483 *Luiz (MDH), colocou o texto em votação. Aprovado, com uma abstenção do conselheiro*
484 *Fernando César Thiago de Mello (CNC). O conselheiro Marco Antonio Castilho*
485 *(Fenapestalozzi) propôs que fosse entregue ambos documentos, isto é, da reforma da*
486 *previdência e da reforma trabalhista pela mesma comissão aos relatores ou protocolar no*
487 *gabinete dos mesmos. Em tempo, ainda sugeriu a publicação nos sites das*

488 organizações. Encerrado o trabalho da manhã. 18/04/2017 - tarde Presença dos (as)
489 Conselheiros (as) da Sociedade Civil. Da Federação Nacional das Apaes; o Titular
490 Adinilson Marins dos Santos; o suplente Erivaldo Fernandes Neto; da Confederação
491 Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo; o suplente Fernando César Thiago
492 de Mello; da Central Única dos Trabalhadores; a titular Anaídes Campos Sena; da
493 Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; a titular Glauciane Costa
494 Santana; da Ordem dos Advogados do Brasil, o titular Joaquim Santana Neto; do
495 Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase; a titular Lucimar
496 Batista da Costa; da Associação Brasileira da Rugby em Cadeiras de Rodas; o titular Luiz
497 Cláudio Alves Pereira; da Federação Nacional das Associações Pestalozzi; o titular
498 Marco Antônio de Castilho Carneiro; da Associação Brasileira de Autismo; a titular Maria
499 do Carmo Tourinho Ribeiro; do Conselho Federal e Engenharia e Agronomia; o titular
500 Osvaldo Luiz Valinote; da Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Deficiência, de
501 Funcionários do Banco do Brasil e Comunidade; o titular Roberto Paulo do Valé Tiné;
502 Suplente Francisco Djalma de Oliveira; da Associação Nacional dos Membros do
503 Ministério Público de Defesa dos Idosos e Pessoas com Deficiência; a titular Ariadne
504 Clarissa Klein Sartori; Associação Brasileira de Ostomizados; o titular Rubens Gil Júnior;
505 a suplente Ana Paula Batista Soledade; da Associação dos Familiares, Amigos e
506 Portadores de Doenças Graves; o titular Wilson Roberto Gomiero; da Organização
507 Nacional de Cegos do Brasil; o titular Clóvis Alberto Pereira; da Organização Nacional de
508 Entidades de Deficientes Físicos; o Suplente Décio Gomes Santiago. Presença dos (as)
509 Conselheiros (as) do Governo. Do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com
510 Deficiência do Ceará; o Titular Francisco Jacinto Araújo da Silva; Do Conselho Municipal
511 da Pessoa com Deficiência; o Titular Antônio Muniz da Silva; do Ministério da Cultura; a
512 suplente Gabriela Caetano Boaventura Sampiere; do Ministério do Desenvolvimento
513 Social e Agrário; a titular Niusarete Margarida de Lima; o suplente Wallacer Dias Freitas;

514 do Ministério do Trabalho; a titular Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti; do Ministério da
515 Justiça e Segurança Pública; a titular Lívia Maria de Andrade Pinheiro; do Ministério da
516 Saúde; Suplente Flávia da Silva Tavares; Ciência e Tecnologia, Inovações e
517 Comunicações; Suplente Gianine Portela Parizotto; da Cidades; Suplente Carolina
518 Moreira Barbosa de Brito. Ausência justificada: Da Organização Nacional de Entidades
519 de Deficientes Físicos; a titular Carmem Lucia Fogaça; Da Confederação Brasileira de
520 Desporto de Deficientes Visuais; o titular José Antonio Ferreira Freire;Do Ministério das
521 Relações Exteriores; a suplente Laura Berdine Santos Delamonica;Da Casa Civil; Titular
522 Manoela Dutra Macedo; e Suplente José Angelo de Carvalho Couto Neto. O presidente
523 Moisés Bauer Luiz, abriu os trabalhos da tarde, e solicitou ao conselheiro Marco Antonio
524 Castilho (Fenapestalozzi) que procedesse a chamada regimental. Averiguado o quórum,
525 foi passada a palavra ao Conselheiro Joaquim Santana Neto, (OAB) que fez a leitura dos
526 parágrafos que trata especificamente da aposentadoria especial. Em seguida, O
527 presidente Moisés Bauer Luiz (MDH) submeteu a plenária para aprovação formal dos
528 acréscimos dos dois parágrafos no documento sobre a reforma da previdência.
529 Aprovado por unanimidade. A Conselheira Fernanda Maria Di Cavalcanti (MT) informou
530 que tomou conhecimento por meio da revista Isto É, que os beneficiários do BPC estão
531 sendo convocados para serem reavaliados por uma perícia médica e propôs convidar a
532 Secretaria da Previdência e o MDSA para explicar tal fato. Mediante a informação, o
533 presidente Moisés Bauer Luiz (MDH) pos a proposta em votação sendo aprovado o
534 envio para o Secretário-Executivo Alberto Beltrame e o Presidente do INSS. Seguindo a
535 pauta, o Conselheiro Joaquim Santana Neto (OAB) e Coordenador da Comissão de Atos
536 Normativos deu início, então, à apresentação dos assuntos tratados na CAN: 1- vídeo
537 do delegado de polícia do Acre que circulou nas redes sociais falando sobre as pessoas
538 com síndrome de Down – relatora Conselheira Ariadne Clarissa Klein Santorini (Ampid),
539 encaminhamento: a proposta de moção de repúdio que será encaminhada a

540 corregedoria da policia civil do Acre e para a promotoria de justiça responsável pelo
541 controle externo da atividade policial. Moção aprovada com os seguintes adendos:
542 encaminhar ao conselho estadual do Acre, a corregedoria da polícia civil do Estado do
543 Acre e promotoria de justiça do controle externo do Estado do Acre. 2-Revogação no
544 Decreto Municipal nº 33.564/2017- Chapecó/SC suspensão de exigência de adequação
545 plena dos estabelecimentos nos termos da Lei 13.146/15 e da NBR 9050 - relatora
546 Conselheira Ariadne Clarissa Klein Santorini (Ampid). Encaminhamentos: envio de
547 Recomendação ao prefeito municipal de Chapecó/SC, para que promova a revogação do
548 decreto municipal 33564/2017 e notificar a Fraternidade Cristã de Chapecó; Ao Conselho
549 Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência; a promotoria de justiça do controle da
550 moralidade administrativa da Comarca de Chapecó; e a Comissão dos Direitos da
551 Pessoa com Deficiência da OAB de Santa Catarina. Recomendação aprovada com os
552 seguintes adento: encaminhar ao conselho estadual do Santa Catarina. O presidente
553 Moisés Bauer Luiz (MDH), citou que com relação ao tratamento diferenciado para micro
554 pequena empresa (art 122 da LBI) foi iniciado um debate entre a secretaria da micro e
555 pequenas empresas a secretaria nacional da pessoa com deficiência e o Ministério da
556 Justiça para regulamentação do artigo em questão e que já havia uma proposta de
557 minuta. Disse também que assim que a minuta for finalizada vai sugerir que o Conade
558 referende o texto final. 3- Perca de direitos na educação na maior idade. Relatora
559 Fernanda Maria di Cavalcanti (MTb): Encaminhamento: responder o requerente
560 orientando quais órgão a recorrer em sua localidade. Aprovado. 4 - cidadão cadeirante e
561 idoso com dificuldade para realizar o deslocamento entre o distrito em que mora e a
562 cidade de Mariana, em Minas Gerais: Relatora Conselheira Livia (MJ) Encaminhamento:
563 Conselho Estadual e Municipal de Assuntos da Pessoa com Deficiência do Estado de
564 Minas Gerais e do Município de Mariana; Ao Prefeito do Município de Mariana, MG,
565 Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Ao Tribunal de Contas do Estado de Minas

566 Gerais, À Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e ao requerente. Dando
567 seguinte a apresentação do relatório da CAN. 5 - Concurso Público - Perícia Médica -
568 Relatora: : Conselheira Titular Livia Andrade Pinheiro (MJ) Encaminhamento envio de
569 Parecer ao Conselho Estadual e Municipal de Assuntos da Pessoa com Deficiência do
570 Estado e do Município de São Paulo, Ao Ministério Público do Estado de São Paulo, Ao
571 Conselho Nacional de Justiça e a requente. Aprovado. 6 - Concurso Público INSS –
572 2008- Relatora: Conselheira Titular Livia Andrade Pinheiro (MJ) encaminhamentos:
573 Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União e ao requerente. O presidente
574 Moisés Bauer Luiz (MDH), suspendeu brevemente a apresentação da CAN e passou a
575 palavra a Dra Izabel Maior que informou que o relator vai manter a vinculação no mínimo
576 do BPC e que no outro público beneficiário a proposta que será alterada de 65 para 68,
577 não mais os 70 que originalmente propostos pelo Governo Federal. Sobre a reforma
578 trabalhista esclareceu que o governo não encaminhou proposta de alterar a lei 8213 no
579 que diz respeito ao artigo 93 e que foi uma livre iniciativa do relator deputado Rogério
580 Marinho. Voltando ao tema a da reforma da previdência a Dra. Izabel Maior, ressaltou
581 que em relação à aposentadoria da pessoa com deficiência aparentemente não será
582 possível reverter e finalizou sua fala agradecendo a oportunidade. O presidente Moisés
583 Bauer Luiz (MDH), disse que mediante as novas informações não haveria necessidade
584 de alterar o parecer sobre a reforma da previdência já aprovado pelo plenário e impresso
585 e deu seguimento a apresentação da CAN. Aprovado. 7 - Prazo para manifestação da
586 Receita Federal sobre o Requerimento de Isenção de IPI para pessoa com deficiência.
587 Relator Conselheiro Osvaldo Valinote: Encaminhamento: Envio de Parecer a Secretaria
588 da Receita Federal, Ministério dos Direitos Humanos; Casa Civil e requerente. 8 - nova
589 opção de acessibilidade (DPM para ônibus de menos de 12 toneladas). Relator
590 Conselheiro Osvaldo Valinote: Encaminhamento: Envio de Parecer a Ministério do
591 Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC e Secretaria Especial dos Direitos da

592 Pessoa com Deficiência. Aprovado. 9 - denúncia contra as regras usadas pelo Tribunal
593 de Justiça do Estado de São Paulo em concurso público. Relator Conselheiro Joaquim
594 Santana Neto. Encaminhamento: Envio de Parecer ao Ministério Público do Estado de
595 São Paulo; Presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado de
596 São Paulo; Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São
597 Paulo, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São
598 Paulo; Defensoria Pública do Estado de São Paulo e ao requerente. Aprovado. 10 -
599 denúncia Violação de Direitos da Pessoa com Deficiência pelo Estado de Minas Gerais.
600 Relator Conselheiro Joaquim Santana Neto. Encaminhamento: Secretário de
601 Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais, Ministério Público do Estado de
602 Minas Gerais, Presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado de
603 Minas Gerais; Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de
604 Minas Gerais, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado
605 de Minas Gerais; Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Presidente da
606 Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e ao requerente . Aprovado. 11 -
607 Concurso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Editais
608 001/2016 (concurso docente) e 002/2016 (concurso técnico administrativo). Relator
609 Conselheiro Joaquim Santana Neto Encaminhamento: Envio de Parecer ao
610 Presidente da Comissão Organizadora do Concurso do Instituto Federal de Educação,
611 Ciência e Tecnologia de Brasília, o Ministério Público Federal, Presidente da Seccional
612 da Ordem dos Advogados do Brasil de Brasília, Conselho Distrital dos Direitos da Pessoa
613 com Deficiência Brasília, Defensoria Pública de Brasília. Aprovado. Informe da comissão
614 de orçamento e Finanças. O conselheiro Luiz Claudio Pereira (ABRC) citou os três
615 pontos da pauta: 1- Alocação de uma pessoa para apoio a COF 2 - criação do Fundo
616 Nacional de Deficiencia; 3 - Orçamento para política destinada às pessoas com
617 deficiência. Após a leitura do relatório da COF, o presidente do Conade, Moises Bauer

618 Luiz (MDH) comentou sobre a lei de criação do Conade e citou algumas dificuldade para
619 a criação do fundo para a pessoa com deficiência, em seguida o conselheiro Marco
620 Antonio Castilho (Fenapestalozzi) disse que o PLS 587/11 e que encontra-se em
621 tramitação e sugeriu que a COF faça interlocução junto a comissão de assuntos
622 econômicos no sentido de verificar se realmente atende a necessidades do segmento.
623 Encaminhamento: alocação da funcionária Kellen Mercia para apoio da COF; consulta à
624 Casa Civil sobre o PAC e o orçamento destinado a pessoa com deficiência e solicitação
625 de audiência com o Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
626 Aprovado. Informe da Comissão de Políticas Publicas - A Conselheira Maria do Carmo
627 Tourinho (Abra) e Coordenadora da CPP procedeu com a leitura do relatório 1- Ofício nº
628 000076/17 da Justiça do Estado do Amapá - Solicita manifestação do Conade -
629 Direitos assegurados à pessoa com deficiência, em específico, de menor autista e seu
630 direito de acesso escolar. Relator José Rafael de Miranda - Encaminhamento: Envio de
631 ofício ao requeente com os seguintes anexos: Parecer do Conjur/MEC, Acórdão ADIN e
632 Nota Técnica/MEC. 2 - Denúncia da Abraso pela falta de material de ostomia – Relatora
633 Maria do Carmo Tourinho. Encaminhamento; Envio de ofício junto com o Parecer
634 Técnico do Ministério da Saúde ao requerente. 3 - Ofício do Conselho Municipal de
635 Joinville em que solicita orientação do Conade acerca do Decreto Federal 8.805/2016 –
636 BPC - Relatora Niusarete Margarida de Lima - Encaminhamento: Envio do Manifesto
637 sobre a reforma da previdência ao requerente. 4 - Ofício 077/2017 - ONCB - Curso de
638 Orientação e Mobilidade ministrados totalmente a distância. Encaminhamento: Solicitar
639 Parecer e convidar Técnico do MEC para uma apresentação do tema na próxima reunião
640 de junho. Por não haver quórum suficiente para deliberar foi encerrado os trabalhos do
641 dia. Data: 19/04/2017 – Manhã Presença dos (as) Conselheiros (as) da Sociedade Civil.
642 Da Federação Nacional das Apaes; o Titular Adinilson Marins dos Santos; o suplente
643 Erivaldo Fernandes Neto; da Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e

644 Turismo; o suplente Fernando César Thiago de Mello; da Central Única dos
645 Trabalhadores; a titular Anaídes Campos Sena; da Federação Brasileira das
646 Associações de Síndrome de Down; a titular Glauciane Costa Santana; da Ordem dos
647 Advogados do Brasil, o titular Joaquim Santana Neto; da Organização Nacional de Cegos
648 do Brasil; o titular Clóvis Alberto Pereira; do Movimento de Reintegração das Pessoas
649 Atingidas pela Hanseníase; a titular Lucimar Batista da Costa; da Associação Brasileira
650 da Rugby em Cadeiras de Rodas; o titular Luiz Cláudio Alves Pereira; da Federação
651 Nacional das Associações Pestalozzi; o titular Marco Antônio de Castilho Carneiro; da
652 Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos; o Suplente Filipe Trigueiro
653 Xavier Correia; da Associação Brasileira de Autismo; a titular Maria do Carmo Tourinho
654 Ribeiro; do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia; o titular Osvaldo Luiz Valinote;
655 da Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco
656 do Brasil e Comunidade; o titular Roberto Paulo do Valé Tiné; Suplente Francisco Djalma
657 de Oliveira; da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos
658 Idosos e Pessoas com Deficiência; a titular Ariadne Clarissa Klein Sartori; da Associação
659 dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves; o titular Wilson Roberto
660 Gomiero; Associação Brasileira de Ostomizados; o titular Rubens Gil Júnior; a suplente
661 Ana Paula Batista Soledade; da Organização Nacional de Entidades de Deficientes
662 Físicos; o Suplente Décio Gomes Santiago. Presença dos (as) Conselheiros (as) do
663 Governo. Da Casa Civil; a titula Manoela Dutra Macedo; Da Cidade; Suplente Carolina
664 Moreira Barbosa de Brito; Do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência
665 do Ceará; o Titular Francisco Jacinto Araújo da Silva; do Conselho Municipal da Pessoa
666 com Deficiência; o Titular Antônio Muniz da Silva; do Ministério da Cultura; a suplente
667 Gabriela Caetano Boaventura Sampiere; do Ministério do Desenvolvimento Social e
668 Agrário; a titular Niusarete Margarida de Lima; do Ministério do Trabalho; a titular
669 Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti; Justiça e Segurança Pública; a suplente; Magda

670 Fernanda Medeiros Fernandes; do Ministério da Previdência Social; a titular Avelina
671 Alves Liam Neta; do Ministério das Relações Exteriores; a suplente Laura Berdine Santos
672 Delamonica; do Ministério da Saúde; a Suplente Flávia da Silva Tavares; do Ministério
673 dos Direitos Humanos; o titular Moisés Bauer Luiz; da Ciência e Tecnologia, Inovações e
674 Comunicações; Suplente Gianine Portela Parizotto; do Transporte, Portos e Aviação
675 Civil; o titular Marciano Roberto Pereira de Sousa. Ausência justificada: Da Organização
676 Nacional de Entidades de Deficientes Físicos; a titular Carmem Lucia Fogaça; Da
677 Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais; o titular José Antonio
678 Ferreira Freire; Do Ministério da Justiça e Segurança Pública; a titular Lívia Maria de
679 Andrade Pinheiro; O presidente do Conade, Moisés Bauer Luiz (MDH) após
680 cumprimentar todos e todas solicitou ao vice presidente do Conade Marco Antonio
681 Castilho (Fenapestalozzi) que procedesse a chamada com vistas a verificação de
682 quórum. O presidente do Conade, Moisés Bauer Luiz (MDH) informou que havia ainda
683 pendente a apresentação dos relatórios da Comissão de Comunicação Social e de
684 Articulação de Conselhos e de imediato convidou a Sra. Irina Bacci da Ouvidora dos
685 Direitos Humanos para fazer apresentação do disque 100 no que diz respeito à pessoa
686 com deficiência. Iniciou sua apresentação falando das competências da ouvidoria. Propôs
687 ao Conade a realização de uma oficina de pactuação de fluxo nacional neste ano ou no
688 próximo com o objetivo de alinhar o recebimento de denúncia e o encaminhamento para
689 as promotorias e defensorias públicas. Informou que além do disque 100 já existe o
690 aplicativo Proteja Brasil, disponível para qualquer smartphone adequando o disque
691 Direitos Humanos, o disque 100 a Lei brasileira de Inclusão. Em 2016 a ouvidoria teve
692 355.030 atendimentos, que geraram 133.061 denúncias, aproximadamente 37% a
693 maioria delas pelo disque 100 e 123.000 denúncias a ouvidoria. Ressaltou também que
694 a violação da pessoa com deficiência como da pessoa idosa vem crescendo ano a ano e
695 que a faixa etária com concentração de maior violação está entre 18 e 30 anos com 25%,

696 seguido de 45 a 50 anos com 21% e 31 a 40 anos também com 21%, as idades entre 51
697 e 60 anos somam 18% e acima de 60 anos 2% e de 0 a 17 anos 1%. Em relação ao tipo
698 de deficiência relatado na denúncia 54% relataram deficiência mental, 23% deficiência
699 física, 16% deficiência intelectual, 5% deficiência visual e 3% deficiente auditiva.
700 Encerrado a apresentação e após alguns questionamentos que foram prontamente
701 respondidos. O presidente do Conade, Moises Bauer Luiz (MDH) agradeceu a presença
702 da Sra Irina Bacchi e registrou a presença do Secretário Marcos Pellegrini que de
703 imediato falou a plenária sobre a questão da estrutura e ajuste da secretaria e também
704 da questão previdenciária, da questão trabalhista e toda a rede de proteção social.
705 Discorreu ainda sobre Lei de Cotas, investimento em acessibilidade, todo investimento
706 em reabilitação, transporte no esporte e programas inclusivos. Fez um convite dos
707 conselheiros participarem da Conferência em Nova York no mês de junho. Por fim,
708 colocou a secretaria a disposição para ampliar os trabalhos em conjunto. A conselheira
709 Laura Delamonica (MRE) fez uma breve complementação com relação ao convite que o
710 Secretário trouxe ao Conade, precisamente sobre a Décima Conferência dos Estados
711 Partes da Convenção das Nações Unidas, sobre pessoas com deficiências, a ocorrer no
712 período 13 a 15 de junho. Em seguida o Secretário Marcos Pellegrini respondeu aos
713 questionamentos levantado pela plenária. O presidente do Conade, Moises Bauer Luiz
714 (MDH) deu alguns informes sobre os pontos da pauta ainda por serem apresentados e
715 logo convidou o Sr. Danilo (coordenador substituto de saúde da pessoa com deficiência
716 do Ministério da Saúde). Após cumprimentar o plenário, o Sr. Danilo Campos, iniciou
717 sua fala definindo o conceito de uma pessoa ostomizada que é aquela que em
718 decorrência de um procedimento cirúrgico que consiste na exteriorização do sistema
719 (digestório, respiratório e urinário), possui um estoma que significa uma abertura artificial
720 entre os órgãos internos com o meio externo, conforme preconiza na Portaria SAS/MS
721 Nº 400, de 16 de novembro de 2009. Em seguida citou os objetivos da referida portaria:

722 Estabelecer Diretrizes Nacionais para a Atenção à Saúde das Pessoas Ostromizadas no
723 âmbito do SUS, a serem observadas em todas as unidades federadas, respeitadas as
724 competências das três esferas de gestão e definir que a atenção à saúde das pessoas
725 com estoma, seja composta por ações desenvolvidas; orientar e organizar o cadastro de
726 pessoas com estoma; organizar e promover as ações na atenção básica; estabelecer
727 fluxos e mecanismos de referência e contra referência para a assistência às pessoas com
728 estoma na atenção básica, média complexidade e alta complexidade, inclusive para
729 cirurgia de reversão de ostomias nas unidades hospitalares. Destacou que quando se
730 fala em fluxos de referência e contra referência dentro da estrutura legal do SUS em
731 definição de competência, ela também define um local administrativo que é a região de
732 saúde que é um conjunto de municípios que compõem região administrativa e que essa
733 região é organizada pelos municípios coordenados pela Secretaria Estadual. O
734 Palestrante Danilo Campos referiu-se ao questionamento da ABRASO ao Ministério da
735 Saúde se o município é obrigado a ter o serviço e fornecer a bolsa. Ressaltou que o SUS
736 não define e não obriga que os municípios ofertem ações e serviços de saúde de que a
737 população precisa. Ponderou que pelo número de municípios nem todos tem condições
738 de contemplar as necessidades dos usuários. Citou que o município é obrigado a ter uma
739 unidade de atenção à saúde e caso não tenha serviço para a entrega da bolsa ou
740 cuidado especializado, deve orientar, como determina a Portaria 400, o usuário a recorrer
741 ao município mais próximo que ofereça esse acompanhamento especializado. Comentou
742 ainda que de acordo com a Portaria os Municípios e gestores locais devem zelar pela
743 adequada utilização das indicações clínicas de equipamentos coletores e adjuvantes de
744 proteção e segurança para pessoas com estoma e promover a educação permanente de
745 profissionais na atenção básica, média e alta complexidade para a adequada atenção às
746 pessoas com estoma. Discorreu sobre dificuldade na qualificação dos profissionais para
747 fazer o acompanhamento mais especializado nos casos necessários. Ressaltou o papel

748 dos gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal que de acordo com o Art. 9º que
749 determinar a obrigatoriedade de vistoria, acompanhamento, controle e avaliação dos
750 Serviços de Atenção à Saúde das Pessoas Ostmizadas, a ser realizada por esses
751 atores, garantindo o cumprimento da Portaria. Logo, apresentou ao plenário uma tabela
752 de Procedimentos, medicamentos e OPM (Órteses, Próteses e Matérias Especiais) do
753 SUS com a relação dos equipamentos coletores e adjuvantes de proteção e segurança
754 como a Bolsa de Colostomia Fechada com Adesivo Microporoso; Bolsa de Colostomia
755 com Adesivo Microporo Drenável; Conjunto de Placa e Bolsa pra Ostomo intestinal;
756 Barreiras Protetoras de pele sintética e/ou mista em forma de PO - Pasta e/ou Placa;
757 Bolsa coletora pra Urostomizados; Coletor urinário de perna ou de cama. Informou que
758 no Brasil, foi concedido no âmbito do SUS 4.492.012 OPMs de gastroenterologia e
759 urologia distribuídos nas regiões do País e que houve uma ascendência a distribuição de
760 bolsas. Esclareceu que ano após ano o SUS está conseguindo ampliar a produção de
761 bolsas. Na sequência, ressaltou os desafios, o aprimoramento e fortalecimento da linha
762 de cuidado com às pessoas ostomizadas que significa desde a atenção básica ao
763 hospital para que se tenha procedimento cirúrgico adequado e o acompanhamento da
764 reabilitação. Outro desafio, citado, é organizar o processo de regulação do acesso ao
765 serviço de referência por parte dos gestores locais. Esclareceu que o Ministério da Saúde
766 está destinando recursos de emenda parlamentar para transportes sanitários e que o
767 projeto desses veículos considera acessibilidade para cadeirantes e para pessoas com
768 mobilidade reduzida. Citou outros desafios como estimular parcerias com vistas à
769 capacitação dos profissionais de saúde para o atendimento às pessoas ostomizadas,
770 melhorar os processos licitatórios no que diz respeito a padrões de qualidade das bolsa
771 e expandir o número de hospitais e cirurgiões para realizar correção do estoma, pois
772 alguns usuários em condições de fechamento do estoma não conseguiam cirurgia e
773 acabavam fazendo uso das OPM (Órteses, Próteses e Matérias Especiais) por mais

774 tempo que o ideal. Finalizou a apresentação informando ao plenário sobre a retomada do
775 Grupo Técnico para finalização da Diretriz de Cuidado à Pessoa com Deficiência, que
776 objetiva fortalecer a linha de cuidados às Pessoas Ostomizadas e que estaria a
777 disposição nos contatos (61) 3315-6236 e no e-mail:
778 pessoacomdeficiencia@saude.gov.br. O conselheiro Clovis Alves Pereira (ONCB)
779 propôs a retirada de sua apresentação na pauta e que fosse incluída na próxima pauta de
780 junho que foi aprovada pela plenária. Em seguida iniciou a apresentação do relatório da
781 Comissão de Articulação de Conselhos pela Conselheira Anaíldes Campos Sena (CUT)
782 1- Questionamentos do Conselho Municipal de Alta Floresta: Quem é que escolhe o
783 secretário executivo ou coordenador dos conselhos municipais; é o poder executivo ou os
784 conselheiros? Qual a verdadeira função de um conselho municipal e solicitou um modelo
785 de resolução execução para que as entidade de classe se inscrevam no conselho
786 municipal. 01 - Encaminhamento: Conselheiro Antonio Muniz entrará em contato e
787 solicitará a lei de criação e o regimento interno do Conselho e fazer os esclarecimentos
788 possíveis. Ponto 02 - Encaminhamento: resolução e orientação sobre a reforma da
789 Previdência e trabalhista. todos os pareceres e resoluções de natureza política aprovado
790 pelo conade serão enviados para os conselhos estaduais e municipais tomarem
791 conhecimento e adotarem as medidas que se julgarem necessárias considerando os
792 aspectos e necessidades locais. 03 - Encaminhamento: Plano de ação da CAC,
793 levantamento e atualização dos dados dos conselhos estaduais e municipais,
794 capacitação dos conselhos em nível estadual com acompanhamento de um conselheiro
795 da Comissão de Articulação de Conselhos, acompanhar os anais da terceira e da quarta
796 conferência no que diz respeito a cada comissão levando em consideração o relatório do
797 plano viver sem limite. Proposta: fazer uma solicitação para o presidente do
798 Conade, secretaria da pessoa com Deficiência e a Fenapaes, buscando a finalização do
799 curso de capacitação realizado em 30 de novembro, 1º e 2 de Dezembro de 2016. O

800 presidente do Conade, Moises Bauer Luiz (MDH) esclareceu que sobre o curso de
801 capacitação diz respeito a uma parceria que foi oferecida e praticada pela Federação
802 Nacional das APAES para o registro audiovisual da capacitação e que após a
803 formalização de termo de cooperação técnica o conteúdo será disponibilizado. Logo o
804 relatório foi submetido à apreciação da plenária. Aprovado. De imediato, a conselheira
805 Glauciane Costa Santana, coordenadora da comissão de comunicação social fez a
806 apresentação do relatório. Iniciou falando das ações que competem a Comissão
807 relacionadas ao Conade Informa e sobre propostas para o próximo boletim: 01 - criação de
808 uma coluna no editorial com título e palavra do presidente. 02 - Inserção de artigo
809 informativo, 03 - inserção de uma coluna de arte. Acrescentou que a página do Facebook
810 continua no mesmo método e jeito de alimentação. O Conselheiro Antônio Muniz
811 (conselhos municipais) sugeriu que o boletim deve ser curto e que nenhuma entidade
812 deveria se voluntariar para diagramar o boletim. O Conselheiro Marco Antonio Castilho
813 (Fenapestalozzi) propôs um espaço para publicizar ações relativas aos conselhos
814 estaduais e que a Fenapestalozzi se dispõe a fazer a diagramação do boletim. O
815 Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné (APABB) informou que de 2009 a 2012. O
816 Conade Informa, foi editado a cada reunião que tinha aqui com o auxílio do jornalismo da
817 APABB. Submetido o relatório para apreciação do Plenário. Aprovado. A conselheira
818 Glauciane Costa Santana (FBASD) propôs a secretária da Pessoa com Deficiência uma
819 campanha sobre discriminação contra a pessoa com deficiência que é crime de acordo
820 com a LBI. Aprovado. Encerrado os trabalhos da manhã. Data: 19/04/2017 – Tarde
821 Presença dos (as) Conselheiros (as) da Sociedade Civil. Da Federação Nacional das
822 APAES; o Titular Adinilson Marins dos Santos; o suplente Eivaldo Fernandes Neto; da
823 Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; o suplente Fernando
824 César Thiago de Mello; da Central Única dos Trabalhadores; a titular Anaídes Campos
825 Sena; da Ordem dos Advogados do Brasil, o titular Joaquim Santana Neto; da

826 Associação Brasileira da Rugby em Cadeiras de Rodas; o titular Luiz Cláudio Alves
827 Pereira; da Federação Nacional das Associações Pestalozzi; o titular Marco Antônio de
828 Castilho Carneiro; da Associação Brasileira de Autismo; a titular Maria do Carmo
829 Tourinho Ribeiro; da Associação de Pais e Amigos de Pessoas com Deficiência, de
830 Funcionários do Banco do Brasil e Comunidade; o titular Roberto Paulo do Valé Tiné;
831 Suplente Francisco Djalma de Oliveira; da Associação Nacional dos Membros do
832 Ministério Público de Defesa dos Idosos e Pessoas com Deficiência; a titular Ariadne
833 Clarissa Klein Sartori; Associação Brasileira de Ostromizados; o titular Rubens Gil Júnior;
834 a suplente Ana Paula Batista Soledade; Da Associação dos Familiares, Amigos e
835 Portadores de Doenças Graves; o titular Wilson Roberto Gomiero; da Organização
836 Nacional de Cegos do Brasil; o titular Clóvis Alberto Pereira; da Organização Nacional de
837 Entidades de Deficientes Físicos; o Suplente Décio Gomes Santiago. Presença dos (as)
838 Conselheiros (as) do Governo. Do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com
839 Deficiência do Ceará; o Titular Francisco Jacinto Araújo da Silva; Do Conselho Municipal
840 da Pessoa com Deficiência; o Titular Antônio Muniz da Silva; do Ministério da Cultura; a
841 suplente Gabriela Caetano Boaventura Sampiere; do Ministério do Desenvolvimento
842 Social e Agrário; a titular Niusarete Margarida de Lima; Justiça e Segurança Pública; a
843 suplente; Magda Fernanda Medeiros Fernandes; do Ministério dos Direitos Humanos; o
844 titular Moisés Bauer Luiz; Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações; Suplente
845 Gianine Portela Parizocto; do Transporte, Portos e Aviação Civil; o titular Marciano
846 Roberto Pereira de Sousa. Ausência justificada: Da Organização Nacional de Entidades
847 de Deficientes Físicos; a titular Carmem Lucia Fogaça; Da Confederação Brasileira de
848 Desporto de Deficientes Visuais; o titular José Antonio Ferreira Freire; Do Ministério da
849 Justiça e Segurança Pública; a titular Livia Maria de Andrade Pinheiro; Do Ministério das
850 Relações Exteriores; a suplente Laura Berdine Santos Delamonica; Da Cidade; Suplente
851 Carolina Moreira Barbosa de Brito; Do Ministério da Previdência Social; a titular Avelina

852 Alves Lima Neta;Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos; o Suplente
853 Filipe Trigueiro Xavier Correia;Da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de
854 Down; a titular Glauciane Costa Santana. Feita a chamada regimental pelo conselheiro
855 Marco Antonio Castilho (Fenapestalozzi) reiniciou-se trabalhos da tarde e procedeu com
856 a leitura de um e-mail enviado pela ANS, informando da impossibilidade da CUT
857 participar como suplente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, uma vez
858 que a mesma já está representada naquele órgão, assim como o Conselheiro Rubens Gil
859 e que é exigido alternância na sua composição. O presidente do Conade Moises Bauer
860 Luiz (MDH) após o levantamento das entidades que já tiveram acento na ANS, anunciou
861 a indicação da Conselheira Lucimar Batista da Costa (Morhan) para a primeira suplência
862 e o conselheiro Luiz Claudio Pereira (ABRC) para segunda suplência. Em seguida o
863 presidente do Conade, Moisés Bauer Luiz (MDH) informou sobre a ausência do
864 representante do CONFAZ e apresentou a proposta que o CONADE recomende ao
865 CONFAZ uma atualização, a majoração do teto para isenção do ICMS dos veículos, com
866 alguma argumentação de que os valores eliminam um certo número de carros que para
867 pessoas especialmente em cadeira de rodas podem utilizar. Após vários
868 questionamentos da plenária sobre o tema em questão, o presidente do Conade Moisés
869 Bauer Luiz (MDH) sugeriu encaminhar o assunto para a Comissão de Atos Normativos,
870 para fazer um estudo e uma proposta ou recomendação. Aprovado. A conselheira
871 Fernanda Maria Di Cavalcanti (MTb) relatou que foi bem sucedido a entrega do manifesto
872 do conade sobre a reforma da previdência e que seria interessante o Conade visitar
873 cada liderança de partido, para entregar em mãos a proposta para não haver retrocesso
874 nos direitos da pessoa com deficiência. A conselheira Fernanda Maria Di Cavalcanti
875 (MTb) se dispõe a minuta um parecer sobre a reforma trabalhista. O vice presidente do
876 Conade, Marco Castilho (fenapestalozzi) abriu para os informes gerais e logo, a pedido
877 da Conselheira Glauciane Costa Santana (Fbasdown)citou 1- realização de uma roda de

878 conversa com Flávia Pop do Instituto JNG, sobre moradia independente para pessoas com
879 deficiência intelectual. O evento vai ocorrer no dia às 19h30min, endereço CRS 507
880 Bloco B loja 67. 2- proposta de manifestação sobre a terceirização assunto de pauta da
881 próxima reunião ordinária, após apreciação da minuta do Parecer elaborado pela CAN.
882 Francisco Jacinto (Cons. Estaduais) informou no Estado do Ceará foi incluído 150
883 surdos na CNH popular um marco de registro na conquista dos surdos e de uma
884 assinatura do TAC com o Ministério Público Federal, fizemos uma assinatura do TAC e
885 que o conselho Estadual da pessoa com deficiência, vai entrar com equipamento de
886 áudio descrição, para 80 crianças cegas Instituto do cego no estado para participar da
887 partida de futebol com áudio descrição, um projeto piloto sugerido por uma estudante da
888 Unifor, Universidade de Fortaleza. Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné – APABB,
889 informou que a APABB esse ano comemorar 30 anos de criação fundada em 1987, por
890 grupo de funcionários do Banco do Brasil da agência Centro de São Paulo. Cresceu e
891 está presente em 13 estados e o Distrito Federal, em outubro é o aniversário da APABB,
892 então como ela completa 30 anos, no dia 08 de agosto, solicitou a Glauciane
893 Coordenadora da CCS que na edição do conade informa saia um artigo sobre os 30 anos
894 APABB. Conselheiro Antonio Muniz – (Cons. Municipais), informou que neste ano
895 ocorrerá conferências: uma da saúde e outra da mulher e que está acontecendo a
896 conferência livre de comunicação em saúde e que ocorrerá também conferência nacional
897 de atenção à saúde da mulher antecedido de conferências municipais, regionais e
898 estaduais. Informou também que nos dias 03 e 04 de maio o Conselho Nacional de
899 Assistente Social, realizará uma atividade do grupo de entidades de assessoramento em
900 Assistente Social no Recife, no Instituto Antônio Pessoa de Queiroz, e no período de 25
901 a 28 de maio vai acontecer o terceiro encontro Internacional de Áudio Descrição da
902 cidade do Recife. Conselheiro Rubens Gil Júnior (Abraso) informou que ABRASO tomou
903 conhecimento que haverá aqui em Brasília de 5 a 9 de junho o 4º Encontro do Ministério

904 Público e Movimentos Sociais e que no dia 5 de junho haverá a apresentação do tema
905 Direito da Pessoa com Deficiência e Idoso, no dia 6 de junho - Combate ao
906 Racismo Igualdade de Gêneros Direitos do LGBT e Estados Laico, no dia 7 quarta-
907 feira, Gestão Democrático nas Escolas, no dia 8 quinta-feira Direito a Saúde, dia 9 de
908 junho Combate a Corrupção. Informou sobre a descentralização da diretoria da Abraso
909 pelas regiões do país. Sendo iniciada no final do mês de fevereiro a região centro oeste
910 onde haverá 2(dois) responsáveis dentro do estado do Goiás na cidade de Anápolis, e
911 outra em Aparecida do Oeste para auxiliar Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e o
912 Distrito Federal. Informou também que no último mês foi efetivado a região sul do país
913 ira abranger: Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná Conselheira Anaíldes Campos
914 Sena (Cut) informou que será realizado o último encontro Regional dos trabalhadores e
915 trabalhadoras com deficiência e o seu coletivo Direitos Humanos em Belém, nos dias 24
916 e 25 de abril. O conselheiro Marco Antonio Castilho (Fenapestalozzi) informou que esta
917 mantida a 110ª Reunião Ordinária para os dias 5, 6 e 7 de junho com a possibilidade de
918 estender até o dia 8, mas aguardar a confirmação. Alertou sobre a necessidade de
919 realizarem as prestações de contas na secretaria executiva do Conade. Não havendo
920 nada mais a tratar deu por encerrado a centésima nona reunião do Conade. Moisés
921 Bauer Luiz Presidente.